

Cuidados e educação na pandemia: Uma abordagem a partir dos feminismos latino-americanos

Paola Bonavitta¹
Amanda Motta Castro²
Desirée Pires³

34

Resumo

A pandemia de COVID-19 nos confrontou com realidades inesperadas, mas também com outras, as quais os feminismos denunciam há décadas. Entre elas, o fato de o cuidado ter estado majoritariamente a cargo da mulher, de maneira desigualmente distribuída. Desse modo, enquanto tudo mudava abruptamente para a virtualidade (trabalho, educação, entretenimento, atividades recreativas, entre outros), as mulheres tiveram que realizar diversas tarefas de trabalho profissional, doméstico e de cuidado simultaneamente. Assim, no mesmo espaço e tempo, tiveram que cuidar e acompanhar os seus filhos/as com as tarefas da escola, higienizar os espaços, trabalhar remotamente para o sustento da renda e prever a organização do lar diariamente. Neste ensaio, refletimos, do ponto de vista feminista e latino-americano, sobre as travessias que as mulheres têm enfrentado diante da sobrecarga de trabalho e das responsabilidades na atual conjuntura de pandemia.

Palavras-chave

Mulheres. Pandemia. Cuidados. Educação. Feminismos.

Recebido em: 16/08/2020
Aprovado em: 10/12/2020

¹ Doutora em Estudos Sociais na América Latina, Mestra em Sociologia, Graduada em Comunicação Social pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Especialista em Feminismos Políticos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). Professora universitária e pesquisadora.

E-mail: paola.bonavitta@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/FURG e docente do Departamento de Educação da mesma instituição. Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS; foi bolsista CAPES durante (2009-2015) e realizou estágio de doutoramento na Universidad Autónoma Metropolitana del México - UAM, no departamento de Antropologia. Trabalha com os seguintes temas de pesquisa: Feminismo, Educação Popular, Arte Popular e desigualdades sociais.

E-mail: motta.amanda@terra.com.br

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGEDU da Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Graduada em História Licenciatura pela mesma universidade.

E-mail: desiree.pires@hotmail.com

Care and education in the pandemic: An approach based on latin american feminisms

Abstract

The COVID-19 pandemic has confronted us with unexpected realities, but also with others, which feminisms have been denouncing for decades. Among them, the fact that the care for others has mostly been in charge of women, in an unequally distributed manner. In this way, while everything changed abruptly into the virtual world (work, education, entertainment, recreational activities, among others), women had to perform several tasks of professional, domestic and care work simultaneously. Thus, in the same space and time, they had to take care and keep up with their children's school tasks, clean home spaces, work remotely to support their income and provide for the home daily organization. In this essay, from a feminist and Latin American point of view, we reflect on the crossings that women have been facing in the work overload and responsibilities in the current pandemic situation.

Keywords

Women. Pandemic. Care. Education. Feminisms.

Introdução

Em 1969, a feminista estadunidense Carol Hanisch publica um texto histórico para o feminismo, intitulado “*O pessoal é político*”. Neste pequeno texto, a autora afirma que, durante ações e encontros de grupos feministas, ela descobriu que “problemas pessoais são problemas políticos”. (HANISCH, 1969, p. 02).

Tomando a ideia de Carol Hanisch como base, o presente texto tem como objetivo politizar o pessoal e publicizar o que as mulheres têm passado durante a pandemia de COVID-19.

Na Argentina, assim como no Brasil, a pandemia de COVID-19 chegou em março de 2020, desafiando-nos em todos os sentidos. O mundo que conhecíamos deixou de existir e começamos a criar e a aprender novas formas e maneiras de pensar os eixos centrais de nossas vidas.

Há longa data, os movimentos feministas denunciam que o trabalho do cuidado, que ocupa um lugar central na formação humana, tem estado majoritariamente a cargo das mulheres. Como, neste momento de confinamento, nós mulheres já não podemos mais “*terceirizá-lo*”, passamos a assumir, mais do que antes, várias tarefas simultaneamente. As escolas e creches fecharam as portas e as cuidadoras domiciliares não puderam se aproximar dos espaços de trabalho, devido ao isolamento social preventivo e obrigatório. Dessa forma, os cuidados passaram a ficar nas mãos de quem habita os lares juntamente com essas pessoas que necessitam de tais cuidados.

Com o isolamento, o trabalho formal e remunerado passou a se realizar no espaço doméstico, sob a modalidade de trabalho remoto, ao mesmo tempo que se realizam os trabalhos domésticos e os de cuidado. Aqueles que, além disso, são responsáveis pelas crianças em idade escolar passaram a ter que acompanhar as aulas virtuais e orientar também os processos de ensinar e aprender. As instituições educacionais mudaram abruptamente: da presença em salas de aula físicas à virtualidade, em todos os níveis escolares. E as famílias tiveram que

acompanhá-las, mesmos em recursos para isso. Na América latina, por exemplo, as lacunas digitais ainda são profundas, e a pandemia as expôs mais.

Apesar dos avanços na cobertura da Internet na América Latina e no Caribe nos últimos anos, 45% dos latino-americanos não têm acesso a serviços derivados da conectividade ou prestados digitalmente, tais como telemedicina, educação a distância, instituições governamentais, bancos, dentre outros serviços prestados via internet. Pesquisas apontam que apenas 4 em cada 10 lares têm ligação de banda larga fixa, e os acessos individuais à Internet móvel não ultrapassam 50% (CAF, 2019). Diante desta realidade, a pandemia expôs algumas carências, desigualdades e problemas que existiam em nossos territórios e que não foram atendidos até então, e “as veias abertas da América Latina” (GALEANO, 2010) voltam a pulsar.

Este texto é escrito a seis mãos e se justifica por sermos mulheres, tendo em comum a vida acadêmica, o feminismo e a maternidade: duas são mães (de meninos e meninas no Ensino Fundamental). Portanto, tivemos que acompanhar as mudanças para o plano digital de nossos trabalhos formais nas universidades e instituições científicas, mas também os processos educacionais de nossos filhos/as, além de nos responsabilizarmos pelo cuidado com a casa onde vivemos. Juntamente a isso, continuar com tarefas permanentes e simultâneas de cuidados e trabalho doméstico. Isso resultou em inúmeras consequências nos níveis físico, emocional/psicológico, social e desempenho.

Neste trabalho, que pretendemos abordar em formato de ensaio, utilizamos recursos metodológicos que vão da autoetnografia a entrevistas, focadas no tema em particular, com outras mulheres que compartilham das mesmas questões que nós (mães, acadêmicas e profissionais), abordando as características e consequências da simultaneidade de trabalho em contextos de pandemia. Este último não é um fato menor, visto que todas essas mudanças não foram decisões da classe trabalhadora, mas impostas por uma realidade atípica, abrupta e surpreendente.

Diante de um contexto como o atual e sem possibilidade de um diálogo efetivo, coletivo e presencial, a virtualidade, então, se apresenta como uma enorme limitação, que nos convida a pensar: como ensinamos a refletir, na escola, sobre as atuais mudanças de mundos possíveis e conhecidos? Como fazer isso desde a virtualidade? E, além disso, como enfrentar a atual educação virtual imposta pelo trabalho remoto, também demandado, sem espaços nem recursos de moradia e tecnologia adequados?

Desde as perspectivas feministas do Sul, também nos questionamos sobre os cuidados e a exploração dos corpos femininos. Todas as sobrecargas que surgem diante da pandemia recaem sobre os corpos das mulheres que, mais uma vez, se excedem ao extremo e agem sob exploração. As suas responsabilidades acabam sendo distribuídas desigualmente.

Readaptar nossos universos cotidianos

A educação, repentina e abruptamente, invadiu os lares. Ninguém estava preparado para essa mudança ou equipado com recursos tecnológicos para conseguir implementar as tecnologias.

Os lares também não possuíam as condições de moradia adequadas a esses tempos, que exigiram espaço de estudo/trabalho, computadores para cada membro da família que estuda e/ou trabalha, mobiliário para longas horas de trabalho (durante a pandemia, aumentaram as queixas de dores nas costas e de problemas de coluna, entre outros relacionados à saúde física), etc. Então, perguntamo-nos: podemos pensar em educação de qualidade desta maneira?

Não sei como dar aulas assim. Jamais pensei que teria que dar uma aula na frente de uma tela sem rosto. Tive que aprender a usar tecnologias e recursos que nem sabia que existiam. Isso me deixou exausta. (L., professora universitária, 40 anos).

Eu quase não durmo. Me dói o corpo todo. Acho que o meio digital não serve, tenho alunos sem computador, nem internet, como eles vão continuar estudando assim?(G., professora universitária, 33 anos).

As instituições de ensino continuaram no mesmo ritmo de trabalho, ao que devemos acrescentar as demandas de produtividade dentro do capitalismo, o

que nos levou não ao desaceleramento, mas à continuação do trabalho, mesmo em tempos impossíveis de trabalho. Isto é, não podemos “perder tempo”.

A hiperprodutividade foi exigida em nossos empregos remunerados e também no âmbito da educação. As aulas continuaram praticamente “normais” nos lares, respeitando o calendário acadêmico. Porém, cabe a nós perguntarmos: o processo ensino-aprendizagem ocorre da mesma forma nos domicílios? Somos famílias capazes de ensinar e acompanhar a aprendizagem de nossos filhos e filhas? Temos os recursos educacionais, materiais, psicológicos, emocionais, estruturais, habitacionais e sociais necessários para isso? Quem acaba “educando” em casa? Como essas tarefas são divididas?

Este contexto incentiva forçosamente a existência de conhecimentos e procedimentos acerca do processo de educação para os quais não fomos preparados. Precisamos agora exercer modalidades inéditas, as quais também requerem recursos que não possuímos. Assim, acaba-se por forçar a ser “professor” quem não fez da educação o seu campo de estudo e trabalho, e tudo isso com a finalidade de que não se perca o tempo próprio do período escolar.

A finalidade, então, é “não perder tempo”. E essa é a lógica do sistema capitalista, que considera o tempo como dinheiro e que, portanto, não pode ser desperdiçado.

Agora, como esses estudantes voltarão à escola quando a pandemia acabar? O que acontecerá com seus processos de aprendizagem? Esta situação provavelmente nos levará a reforçar as desigualdades previamente existentes, de acordo com os privilégios de cada família.

Devemos ser capazes de compreender que os processos de aprendizagem também são atravessados pelas intersecções que habitam os sujeitos protagonistas dos processos educativos. Com isso, cabe ainda perguntarmos: o processo educativo ocorre da mesma forma em uma família em que há pais universitários ou docentes, com bibliotecas cheias de livros, e em uma família cujos pais e mães não tiveram a oportunidade de seguir os estudos? Os lares

onde, além disso, é realizado o trabalho remoto prestam o mesmo atendimento que prestam aqueles onde essa modalidade de trabalho não acontece? Pode uma família sem renda estável, ou diretamente sem renda, se ocupar e priorizar os processos educativos da mesma maneira que outra que tem a certeza de receber seu salário mensal? É fundamental reconhecer que aqui também existem intersecções de gênero, raça, classe, escolaridade e geração.

Lá (na escola) tenho mais confiança do que aqui (em casa), lá tenho tudo de que preciso para aprender. Aqui estão os meus brinquedos, é a minha casa, mas não me dá confiança como a escola para aprender. (L., 7 anos, estudante do ensino fundamental)

Na minha casa meu pai não tem paciência e minha mãe trabalha muito. Sinto falta da escola. (S., 10 anos, estudante do ensino fundamental)

Também podem ser observados outros problemas em relação às crianças que estudam em casa. De repente, o objeto de amor e de proteção materno e paterno (no melhor dos casos) passa a ser aquele que dita as tarefas e organiza os conhecimentos que devem ser adquiridos. O que leva à reflexão: o que acontece quando temos que acompanhar um conteúdo educacional que não se entende? De que forma é possível explicar o que não se entende?

Não sei como ensiná-lo a ler nem como ajudá-lo a escrever em letra cursiva. Não sei como ensinar. Não sou professora nem tenho paciência. Viro monstro com meu filho. (B., 39 anos, mãe, engenheira).

A este fato, devemos adicionar os acessos à vida digital. A (des)conexão, isto é, a digitalização, é uma nova dimensão da desigualdade: a crise do coronavírus apenas a acentuou. Se não tivermos em conta esse nível de fragmentação e não forem apresentadas propostas abrangentes para fazer frente a essa emergência, o processo de “virtualização” porque passamos potencializará as desigualdades existentes. No mesmo sentido, a educação é um lócus de vinculação, e, neste âmbito virtual ora vivido, educadores e educadoras não podem estabelecer o vínculo do encontro físico. Este vínculo não se relaciona apenas com a incorporação da bibliografia e do conhecimento, mas com o encontro com as outras pessoas, o que produz, de fato, a concretização dos processos de aprendizagem.

Segundo Fernández Enguita (2020), essa situação de urgência criada pela pandemia revelou e ampliou a existência de três lacunas:

1) uma lacuna de acesso, relacionada ao fato de ter ou não acesso a dispositivos eletrônicos e/ou conexão à Internet; 2) uma lacuna de uso, relacionada ao tempo de uso e à qualidade deste, pois haverá domicílios que possuem dispositivos, mas que são compartilhados entre os membros da família; 3) uma lacuna de habilidades, relacionada às habilidades digitais dos professores e dos alunos para usar adequadamente as plataformas digitais para fins educacionais e a capacidade de criar ou fornecer conteúdo e atividades educacionais por meio delas. (FERNÁNDEZ ENGUITA, 2020, s/p).

41

Diante disto, é urgente encontrar soluções políticas e sociais que tenham em conta as lacunas tecnológicas e de gênero e que permitam uma organização equitativa dos trabalhos no âmbito do lar. Da mesma forma, cabe destacar que, antes da pandemia, as práticas educacionais não davam atenção suficiente à questão tecnológica, às novas tecnologias da informação e comunicação que participam da vida de milhões de pessoas no mundo. Tais práticas continuaram seus modelos clássicos de educação positivista tradicional, sem repensar opções, possibilidades e verdadeiras inclusões sociais. Como aponta Janneth Trejo-Quintana:

É necessário reconhecer que a rigidez da instituição escolar tem dificultado repensar os modelos de socialização que são considerados hegemônicos, enquanto a produção e reprodução do conhecimento acadêmico, e no que se refere às relações sociais que se estabelecem nesse espaço. É compreensível que isso aconteça, visto que existe a possibilidade de que ao se repensar esses modelos se questione o papel dos sujeitos que compõem essa instituição e, portanto, sua função social. (TREJO-QUINTANA, 2020, p.122)

Portanto, chegamos a uma situação excepcional como esta sem termos pensado novos caminhos sem termos transformado as formas tradicionais de educação. E, como num passe de mágica, pretende-se produzir e inventar educadoras domiciliares e trabalhadoras permanentes.

De acordo com Trejo-Quintana (2020), a escola física não é substituída automaticamente pela escola a distância, pois a didática não se reduz à tecnologia como a pedagogia não se reduz ao uso da Internet. São duas modalidades com lógicas e funcionamentos próprios, e é necessário considerar isso.

Devemos lembrar que transferir algum “conteúdo” do contexto analógico para o digital não implica necessariamente uma adaptação digital (LLORENS-

LARGO,2020b), tal como foi mostrado nesta crise (LLORENS-LARGO;FERNÁNDEZ, 2020). O que foi feito nestes tempos representa uma transferência forçada, sem preparação prévia ou análise possível. Ao longo do caminho, aprendemos a resolver questões, executar e construir. A realidade é que não sabemos muito bem o que estamos construindo neste trajeto.

O que acontece com as mulheres e as crises dos cuidados?

A pandemia e a sua rápida propagação colocaram em evidência a fragilidade da vida humana. Além disso, foram reveladas, pelo menos, três questões fundamentais que devem ser pensadas:

- a) que somos co e interdependentes –a desaceleração da transmissão do COVID exige o comprometimento de todos os seres humanos;
- b) que o trabalho de cuidado é, sem dúvida, o mais importante para a manutenção da vida humana–saúde, educação e alimentação são três dos elos nodais que hoje estão no centro da cena pública;
- c) que a solidariedade e a cooperação são modalidades relacionais eficazes para a preservação da vida (FOURNIER, 2020, p.22).

Os corpos femininos são os mais impactados neste contexto, visto que, novamente, as sobrecargas dos trabalhos (pagos, cuidados e domésticos) recaíram sobre as corporalidades feminizadas.

Os movimentos feministas têm demonstrado ao longo dos anos que às mulheres vêm sendo atribuídos papéis sociais distintos em relação aos homens. Entre estas distinções, a elas estão delegados o espaço doméstico e o cuidado com os filhos (TELES, 2017).

Mesmo quando uma mulher trabalha fora do lar, é a ela delegada a responsabilidade de cuidar e educar os filhos para a vida adulta. Entretanto, sabemos que essa condição varia de acordo com a classe social: quando a

mulher pertence às classes dominantes, pode “terceirizar” esse serviço, diferentemente das mulheres pobres, provindas das camadas populares, que terão dificuldades maiores. Isso acarreta no que chamamos de dupla ou, até mesmo, tripla jornada de trabalho.

O serviço doméstico e o cuidado dos filhos são vistos pelo sistema capitalista como serviços improdutivos, pois não geram lucros diretos ao sistema. Por mais que seja uma atividade essencial a todos que compõem o universo familiar, é naturalizada, romantizada e considerada um ato de amor e de cuidado das mulheres para com a sua família. A feminista Heleith Saffioti, na clássica obra *O poder do macho*, discutia, ainda nos anos 1980, que:

A sociedade investe muito na naturalização desse processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com esse pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987, p.9)

Podemos muito bem relacionar esta reflexão de Saffioti ao contexto atual. Neste cenário de completo caos social escancarado pela pandemia, as dificuldades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres dentro do espaço doméstico, no que tange ao cuidado e ao trabalho, se acentuaram. Nas urgências surgidas com a pandemia, as mulheres tiveram que se encarregar de tarefas que não lhes pertenciam (como acompanhamento de tarefas escolares e processos de ensino) e com outras tarefas que outrora terceirizavam (de cuidado e domésticas) ou que não eram realizadas simultaneamente com as tarefas de trabalho formais/remunerados.

Eu acordo e, enquanto ligo o computador, faço o café da manhã, trabalho com meu filho pendurado no pescoço, gritando porque não brinco com ele; tenho que desligar a câmera nas reuniões de trabalho e silenciar os microfones para que não ouçam seu choro. Isso me gera muito estresse, porque eu quero controlar tudo e não posso controlar nada. (V., 41 anos, psicóloga).

Passo o dia todo com raiva por tudo o que eu trabalho. Não posso mais. Estou cansada. Não durmo, não relaxo, não tenho tempo para mim. (L., 36 anos, professora).

Assim, encontram-se cada vez mais sobrecarregadas. O isolamento social, que, para muitos, significou uma oportunidade de descanso e de maior

produtividade, para as mulheres, se tornou um tormento diante das outras tantas tarefas, principalmente as domésticas, que lhes são delegadas.

Estudos realizados a partir da compilação de dados de uma empresa, com sede em Londres, chamada Digital Science⁴, concluíram que a produção científica das mulheres caiu drasticamente desde o início do ano, ao passo que a produção científica dos homens teve um grande crescimento.

Organizações como ONU, CEPAL e OIT diagnosticaram essa situação como um aprofundamento da crise de cuidados, que, por sua vez, já existia. E também soaram o alerta para a necessidade urgente de que o Estado mantenha o foco em organizar os cuidados de forma igualitária e digna.

O relatório da ONU Mulheres (2020), intitulado “Covid-19 na América Latina e no Caribe: como incorporar as mulheres e a igualdade de gênero na gestão da resposta à crise”, reconhece que as mulheres são essenciais no combate ao surto, partindo do fato de serem as “primeiras a responder, trabalhadoras e profissionais de saúde, voluntárias comunitárias e cuidadoras, assim como por serem desproporcionalmente afetadas pela crise”. As mulheres, segundo o relatório, “estão na primeira linha da resposta e arcam com maiores custos físicos e emocionais, bem como com maior risco de infecção na resposta à crise. É fundamental atender às necessidades imediatas das mulheres que estão na primeira linha da resposta e incorporá-las aos processos de tomada de decisão”. (ONU MULHERES, 2020).

As reflexões feministas implicam prática e ação, ou seja, ao mesmo tempo em que se teoriza, são realizadas práticas políticas (e vice-versa). Por isso, sustentamos a urgência de pensar acordos e de modificar as sobrecargas de trabalho nos corpos femininos, os quais, sem descanso, seguram o sistema capitalista. É importante lembrar que, mesmo em uma pandemia, o sistema segue funcionando com as exigências próprias de uma rotina que não considera as excepcionalidades.

⁴ “Produção científica feminina cai devido à pandemia”. Disponível em: <https://www.aguia.usp.br/noticias/49310/> Acesso em: 12 de agosto de 2020.

De acordo com Saffioti (2015),

Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas. (SAFFIOTI, 2015, p.138)

Neste sentido, apesar de as mulheres serem a principal força do capitalismo, são as mais exploradas por ele. Embora a pandemia do COVID-19 seja uma realidade mundial, na Nossa América, as desigualdades existentes estão se agravando no território, tornando pior a vida das mulheres. Dessa forma, o “capitalismo é a barbárie. Transforma tudo em mercadoria: corpos, talentos, fé, trabalho, amor, mulheres”. (PETRONI, 2019, p.16).

Assim, a reflexão a partir dos estudos feministas nos acrescenta propostas de saídas coletivas e comunitárias, visando resoluções que fortaleçam redes, laços e presenças ativas nos cuidados, sem depender exclusivamente de laços sexistas. Por isso, pretendemos reorganizar os cuidados para que as mulheres não sejam as únicas que mitiguem, mais uma vez, os efeitos de crises - de toda ordem e não apenas desta pandemia específica. A exemplo disso, as mulheres de setores populares vêm organizando os cuidados de forma comunitária, dentro dos territórios, como forma de garantir a sustentabilidade de vida. Em tempos em que o slogan é *Fique em Casa* ou *#FiqueEmCasa*, as mulheres vêm prejudicadas suas redes de solidariedade e de suas parceiras de cuidado.

Sobre este slogan, cabe-nos ainda refletir: o que significa ficar em casa? Em que casas ficam as mulheres pobres? Em que casas ficam as mulheres negras que seguem trabalhando como domésticas nas casas de quem “fica em casa”? Em que casas ficam as mulheres sem-teto? Como “fica em casa” quem convive com seus agressores e potenciais feminicidas?

A casa, para os anúncios de prevenção do COVID-19, é um lugar seguro, uma espécie de refúgio em que nos sentimos protegidos. Difícil pensar essa situação em um país onde 4,7 a cada 100 mil mulheres são vítimas de feminicídio, e que,

neste total, as mulheres negras representam 60,7% do número de denúncias referentes à violência contra mulher.⁵

A partir dos feminismos latino-americanos, é possível saber que o lar muitas vezes pode ser o lugar mais arriscado, hostil e perigoso para as mulheres. Essa situação, embora mostrada diariamente nos corpos femininos, é ainda mais perceptível neste contexto de crise global. Em maio de 2020, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos no Brasil informou que, em abril, houve um aumento de 28% nas denúncias referentes à violência contra a mulher, e atribuiu o aumento ao confinamento e à crise econômica.⁶

Heleith Saffioti, em pesquisas de campo realizadas com mulheres vítimas de violência, abordou que elas relatam que a dor emocional sofrida é muito mais profunda, até mais que a violência física, “em termos de abertura de chagas na alma”. (SAFFIOTI, 2015, p.66). Como sabemos, os resultados dessas agressões são humilhações, as quais provocam uma dor psíquica imensamente profunda, que pode vir a implicar, inclusive, na destruição da identidade da mulher vítima de violência.

Diante de mais esse agravante, isto é, que muitas mulheres não estão seguras em seus lares. Grupos feministas vêm se articulando, através das redes sociais, juntamente com órgãos governamentais, afim de criarem ações de enfrentamento à violência. Campanhas como a da “Máscara Roxa”⁷ já são adotadas por alguns estabelecimentos comerciais, com o intuito de denunciar os casos de violência.

⁵ Atlas da Violência de 2019. Disponível em :<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

⁶ “Crescem denúncias de violência doméstica durante a pandemia” Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/661087-crescem-denuncias-de-violencia-domestica-durante-pandemia> Acesso em: 12 de agosto de 2020.

⁷ Campanha “Máscara Roxa”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/06/10/campanha-mascara-roxa-possibilita-denuncia-de-violencia-domestica-em-farmacias-do-rs-saiba-como-funciona.ghtml> Acesso em: 12 de agosto de 2020.

Além disso, em relação à crise de cuidados no contexto pandêmico, devemos salientar que o cuidado é um direito humano universal. Portanto, em tempos assim, cabe a pergunta, que já é historicamente uma denúncia feminista: quem realmente cuida de quem? Alguém cuida de quem cuida?

Muitas mulheres, além de cuidarem da própria família e de seus dependentes, também precisam sair para exercer outras tarefas de cuidado, o que aumenta a exploração sobre si. E, além disso, não são reconhecidas ou tornadas visíveis. Elas não só nutrem como cuidam fisicamente e emocionalmente, o que não é uma questão menor em um contexto de pandemia, no qual o isolamento social e o confinamento, assim como o medo de adoecer, produzem instabilidade, angústia e incerteza. Esses cuidados emocionais são atribuições que devem ser consideradas ao falarmos em cuidado, assim como devemos considerar também os cuidados com pessoas que não são dependentes (cônjuges, companheiros, filhos/as mais velhos, etc.). Também, dentro dos cuidados, encontram-se mais intensamente os trabalhos domésticos de limpeza, abastecimento e preparo de alimentos, necessários dentro do contexto, tendo em vista a necessidade permanente de espaços higienizados para evitar o contágio e transmissão do vírus.

Passo meu tempo limpando e cozinhando. Alguns dias, sinto que o único que fiz foi cozinhar e cozinhar. (G., 30 anos, arquiteta).

Todos os dias temos que fazer a tarefa, mas não tem como. Trabalho mais do que antes, não consigo me concentrar da mesma forma porque estou sozinha com minha filha e não tenho um espaço de trabalho adequado. Atendo pacientes online grande parte do dia. A tarefa hoje não é uma prioridade para nossas vidas. (M., 40 anos, psicóloga).

É fato que a sobrecarga de tarefas recai sobre os corpos das mulheres. Elas parecem ser responsáveis neste contexto por garantir que o sistema continue a funcionar e que os membros da família não contraiam o vírus ou deixem de cumprir com suas atividades ou diminuam seu aprendizado escolar. Isso produz uma maior feminização da responsabilidade e fomenta a neurose da dona de casa, apresentada durante o desempenho de múltiplas atividades simultaneamente, o que se dá a partir do aumento das pressões mentais.

Para onde vamos? Pensamentos finais

É difícil ter a certeza de para onde estamos caminhando. Mais difícil ainda é diagnosticar se estamos melhorando ou piorando neste contexto. Entretanto, é possível que, com esta pandemia, nós tenhamos tornado mais visíveis (aos Estados e organismos internacionais) a necessidade cotidiana dos trabalhos de cuidado, sobretudo em situações de emergência.

As feministas se debruçam sobre a divisão sexual do trabalho e do cuidado há décadas, questionando mandatos, desigualdades e opressões. No entanto, outras questões sempre foram mais urgentes, e os Estados não pensaram em regular, organizar ou regulamentar uma divisão equitativa das tarefas de cuidado.

A pandemia também serviu para tornar a pobreza e a violência em nossas casas mais reveladoras. O isolamento social criou condições para que a violência de gênero fosse exacerbada. E a pandemia do COVID-19 reflete as condições precárias do sistema de saúde e de proteção social em geral, sendo esta a resposta do Estado para forçar as famílias a responderem pela vida e saúde de seus membros (CHEYNE, 2020).

Diante da realidade apresentada, acreditamos que é fundamental focar a atenção no trabalho de cuidados e na sua organização sexista. Se ser cuidado é um direito, devemos dar conta de como ele deve ser exercido, e os Estados devem ser capazes de dar respostas que desafiem o sistema capitalista, racista, patriarcal e colonial. Da mesma forma como mostraram que têm sido capazes de dar respostas rápidas à pandemia, devem expressar que as vivências das mulheres são importantes; que os corpos explorados das mulheres têm valor, em uma sociedade que nos despreza permanentemente.

Como aponta o *Coletivo feminista Precárias à deriva*: “A precariedade da existência como crescente incerteza vital e cotidiana é um processo que se cruza com as transformações nas formas de trabalho e na organização do sistema produtivo que se refletem na noção de feminização do trabalho”. (2006, p. 107).

Para evitar essas precariedades, precisamos de políticas públicas com problematizações das relações de gênero, que ousem questionar as estruturas patriarcais, racistas e androcêntricas sobre as quais foram construídos os Estados latino-americanos, bem como políticas que enfatizem a necessidade de reduzir e retirar as sobrecargas dos corpos femininos, permitindo-lhes acesso à justiça social.

Na América Latina, os Estados neoliberais e suas políticas classistas, racistas, sexistas, machistas e heteronormativas enfraqueceram o papel do Estado como garantidor dos direitos humanos de toda a população. De acordo com Arruza, Bhattacharya e Fraser:

O neoliberalismo remodela a opressão de gênero diante de nossos olhos, vemos que a única maneira de as mulheres e as pessoas não alinhadas à conformidade de gênero atualizarem os direitos que têm papel ou que ainda podem conquistar é transformando o sistema social subjacente que oculta nossos direitos. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 42)

Neste sentido, é absolutamente necessário o aprofundamento neste tema para conseguir maior justiça de gênero e poder construir sociedades mais equitativas e igualitárias.

Ainda cabe destacar que, embora tenha havido nos últimos anos um progresso substancial para as mulheres em termos de participação econômica, política e reconhecimento de direitos em vários campos, esses avanços também devem ser expressos, conforme aponta Rodríguez (2015), na área da organização do cuidado, em que as mudanças são, ao contrário, extremamente lentas.

A pandemia do COVID-19 nos confronta com incertezas, desafios e territórios desconhecidos e inesperados. Costuma-se dizer que a pandemia é democrática, que atinge todos os lugares e cores igualmente. Contudo, a partir do feminismo, sabemos que ela não tem o mesmo impacto em corpos femininos e masculinos, corpos negros e não negros, corpos ricos e corpos da classe trabalhadora.

Sendo assim, torna-se necessário conhecer não só as desigualdades, mas também as diversidades dentro da desigualdade. E é por isso que devemos enxergar a realidade que nos é apresentada hoje a partir de uma perspectiva

atravessada por classe, raça e gênero. Lélia Gonzalez (2018) e tantas outras pensadoras e precursoras de uma corrente de pensamento feminista ajudam a ampliar o nosso olhar reflexivo e nos permitem investigar soluções profundas, feministas e situadas.

Referências

ARRUZA, C; BHATTACHARYA, T; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CAF. Cerrar la brecha digital en América Latina y el Caribe depende críticamente de la transformación de los Fondos de Servicio Universal. Congreso Latinoamericano de Telecomunicaciones 2019. Córdoba: Banco de desarrollo de América Latina.

CHEYNE, Deysi. Una reflexión feminista sobre la pandemia del Covid-19. 2020 Disponível em: <<https://www.uls.edu.sv/sitioweb/images/pdf/Una%20reflexi%C3%B3n%20feminista%20sobre%20la%20pandemia%20del%20Covid-19.pdf>>

Colectivo feminista Precarias a laderiva. Precarización de La existencia y huelga de cuidados. Madrid: Cofas. 2016.

ENGUITA, M. Fernández. Una pandemia imprevisible ha traído la brecha previsible. 2020. Disponível em <[https:// bit.ly/2VT3kzU](https://bit.ly/2VT3kzU)>

FOURNIER, Marisa. Cuando lo que importa es la vida en común: intersecciones entre Economía Social, cuidados comunitarios y feminismo. En Norma Sanchis (comp.) *El cuidado entiempos de pandemia... y más allá*. Buenos Aires: Asociación Lola Mora, Red de Género y Comercio. 2020

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Editora L&PM. 2010.

GONZALES, Leila. *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez, em Primeira Pessoa*. União dos Coletivos Pan Africanistas. São Paulo. 2018

LARGO, F. (2020b, 13/01). Transformación digital versus digitalización. Recuperado de <https://bit.ly/2tmYFMr> Llorens-Largo, F. y FERNÁNDEZ, A. (2020, 01/04). Coronavirus, la prueba del algodón de la universidad digital. Disponível em <https://bit.ly/2Rm917XLlorens-Largo> 2020.

LARGO, Faraón Llorens (2020). Recomendaciones para una docencia no presencial y apoyada con tecnología. Disponível em <https://bit.ly/34kYXS5>

ONU Mujeres. COVID-19 en América Latina y el Caribe: cómo incorporar a las mujeres y la igualdad de género en la gestión de la respuesta a la crisis. 2020. Disponível em:

<https://lac.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2020/03/covid-como-incorporar-a-las-mujeres-y-la-igualdad-de-genero-en-la-gestion-de-respuesta>

RODRIGUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. *Revista Nueva Sociedad*. NUSO N° 256 / MARZO - ABRIL 2015. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/>

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleith. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TREJO-QUINTANA, Janneth. La falta de acceso y aprovechamiento de los medios y las tecnologías: dos deudas de la educación en México. In: IISUE. *Educación y pandemia*. Una visión académica, México: UNAM, 2020. Disponible en: <http://www.iisue.unam.mx/nosotros/covid/educacion-y-pandemia>. Acceso en: 22 de julio de 2020.